

## REUNIÃO DA DIRECÇÃO NACIONAL

26 Novembro 2024

# RESOLUÇÃO

A situação no País e nos sectores e empresas que os sindicatos da Fectrans intervêm, confirmam a análise que temos feito sobre os desafios e problemas que se colocam aos trabalhadores

Agravam-se as condições de vida da maioria dos trabalhadores, fruto da insistência em políticas de baixos salários e pensões. A esta situação acresce o aumento do custo de vida nos produtos de primeira necessidade, agravado com os custos da habitação, que têm sofrido aumentos substanciais.

Acentuam-se as desigualdades sociais, porque enquanto os trabalhadores se confrontam com dificuldades, os grupos económicos acumulam os maiores lucros dos últimos anos, à custa da exploração dos trabalhadores.

Filiados:



Participantes:



O patronato, consciente de um favorecimento crescente por parte do governo AD (PSD/CDS), bem expresso, por exemplo, nos "acordos" assinados por este e por anteriores governos, que mantêm e agravam os principais problemas dos trabalhadores e garantem mais e maiores benefícios fiscais, em especial aos grandes grupos económicos, ataca os direitos e a contratação colectiva, bloqueia negociações, promove a estagnação e a desvalorização dos salários, carreiras e profissões, sempre em busca de mais e mais lucro.

A proposta de Orçamento do Estado para 2025 (OE), apresentada pelo governo, está subordinada às imposições da UE e é feita à medida dos interesses do grande capital. Apesar da dramatização em torno da sua aprovação, com uma discussão feita à margem do essencial do seu conteúdo, o PS, ao abster-se na votação, assumiu a viabilização da proposta do OE apresentada pelo governo da AD e as consequências políticas dessa posição, com a qual, no essencial, CH e IL também concordam.

Este OE fragiliza a prestação pública em áreas como o SNS, a Escola Pública, a Protecção Social, os Transportes, a Administração Local e Regional, a Cultura, a Justiça e a Habitação.

Privilegia o sector privado e abre caminho para transformar direitos sociais dos trabalhadores e restante população em oportunidades de negócio para os grupos económicos e financeiros. Fica, ainda, gravemente comprometido, o cumprimento dos deveres do Estado para com as Regiões Autónomas.

O Governo implementa algumas medidas que não respondem aos graves problemas dos trabalhadores e do País, mas nas quais sustenta uma campanha com o recurso a muita propaganda e demagogia, que visa desviar as atenções das profundas desigualdades na distribuição da riqueza.

As opções do Governo são de transferências de recursos públicos para os grupos privados e abrir portas para mais privatizações, como demonstram os ataques ao Serviço Nacional de Saúde, a retoma do processo de privatização da TAP e as opções para a RTP, numa clara lógica de favorecimento dos grupos privados e incentivo a despedimentos.

Serão os trabalhadores com a sua acção e luta que criarão as condições para a defesa das suas condições de trabalho, a melhoria dos seus salários e a valorização das suas profissões e carreiras profissionais, assim como defender a componente social dos transportes, comunicações e telecomunicações.

Ampliar a intervenção nos locais de trabalho, o esclarecimento dos trabalhadores, a mobilização e a luta reivindicativa, é a tarefa principal de toda a estrutura sindical. É fundamental dar continuidade às diversas lutas em desenvolvimento nas diversas empresas, tais como CDPs dos CTT, ML – Metropolitano de Lisboa, Auto Viação Feirense e Transportes Beira Douro, Translagos, PXM, Vizur e Sandbus.

A partir da análise da situação no País e no sector, a Direcção Nacional decide;

1. Saudar os trabalhadores das empresas onde se desenvolvem processos de luta pela sua determinação na defesa das suas reivindicações, num quadro de forte unidade na acção;
2. Considerar bastante positivo todo o trabalho de preparação, discussão e elaboração de propostas de revisão das diversas convenções colectivas de trabalho e cadernos reivindicativos, que centram como objectivos principais a valorização dos salários, a redução do horário de trabalho e a valorização das profissões;
3. No quadro de ajuda à dinamização da acção reivindicativa, mandar o Secretariado para no momento que for oportuno realizar um grande plenário de dirigentes e delegados sindicais, onde a partir do balanço de cada processo negocial, se definam linhas de intervenção colectiva que reforcem a acção sindical em cada empresa;
4. Dar continuidade ao trabalho que tem vindo a ser desenvolvido pela Interjovem/Fectrans, procurando ampliá-lo em cada sindicato junto dos jovens trabalhadores.

A direcção Nacional aprovou o Plano de Actividades para o ano de 2025, de que se destaca;

- a) A Sindicalização de 2500 novos trabalhadores;
- b) A realização no mês de Fevereiro um Encontro Nacional de Mulheres do Sector dos Transportes, Comunicações e Telecomunicações, onde se proceda a uma análise dos problemas com que as trabalhadoras se defrontam no sector;
- c) A realização no mês de Abril de uma Conferência sobre o tema “Serviço Público de Transportes, Comunicações e Telecomunicações em Portugal”.

Lisboa, 26 de Novembro de 2024

A direcção nacional